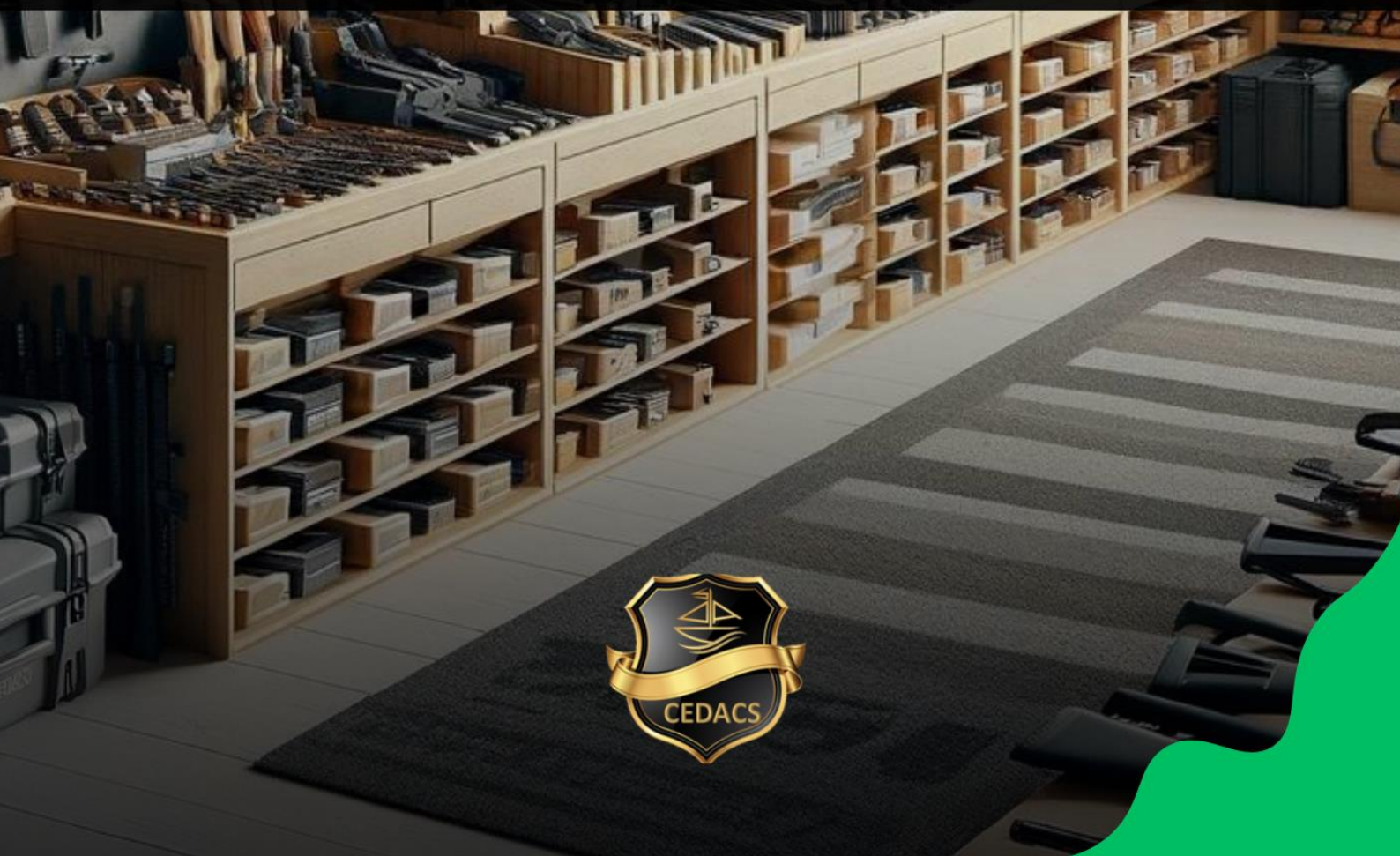




ESTATUTO DO DESARMAMENTO

8ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA





Nessa obra, abordaremos os principais **aspectos penais e processuais do Estatuto do Desarmamento**, instituído pela Lei 10.826/2003. Este é um dos temas de maior incidência de alteração legislativa, o que, por si só, recomenda constante e frequente **atualização**.



SUMÁRIO

Capítulo I ▶ DISPOSIÇÕES GERAIS	06
1. Evolução legislativa	06
2. Objeto jurídico	07
3. Objetos materiais	08
4. Lei penal incompleta – norma penal em branco heterogênea	08
5. Sujeitos dos crimes	08
6. Ação penal	08
7. Crimes de perigo abstrato	09
8. Classificação dos crimes quanto ao momento consumativo	09
9. Competência	10
10. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	10
11. A questão da absorção dos crimes do Estatuto por outras infrações penais	10
12. Excludentes de ilicitude e os crimes do Estatuto do Desarmamento	11
13. Classificação jurídica dos crimes	11
Capítulo II ▶ CRIMES EM ESPÉCIE	14
Seção I ▶ Posse irregular de arma de uso permitido	14
1. Objeto jurídico	14
2. Objetos materiais	14
3. Sujeito ativo	14
4. Tipo objetivo	14
5. Elemento subjetivo	15
6. Consumação	15
7. Tentativa	16
8. Incidência da Lei 9.099/95	16
9. Prisão em flagrante	16
10. Benefícios penais	16
11. Acordo de não-persecução penal	16
12. Classificação jurídica	16
Seção II ▶ Omissão de cautela	16
1. Modalidades típicas	16
2. Objeto jurídico	16
3. Objeto material	17
4. Sujeitos da infração	17
5. Tipo objetivo	17
5.1 Tipo básico – Omissão de cautela (“caput”)	17
5.2 Tipo equiparado – Omissão de comunicação (parágrafo único)	18
6. Elementos normativo e subjetivo	18
7. Consumação	18
8. Tentativa	18
9. Incidência da Lei 9.099/95	19
10. Classificação jurídica	19
Seção III ▶ Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido	19
1. Objeto jurídico	19
2. Objetos materiais	19
3. Sujeito ativo	19
4. Tipo objetivo	20
5. Elemento subjetivo	20
6. Consumação	20
7. Tentativa	21
8. Afastamento da Lei 9.099/95	20
9. Inafiançabilidade declarada inconstitucional	21
10. Prisão em flagrante	21
11. Classificação jurídica	21
Seção IV ▶ Disparo de arma de fogo ou acionamento de munição	22
1. Evolução legislativa	22
2. Objeto jurídico	22
3. Objetos materiais	22
4. Sujeito ativo	22

5. Tipo objetivo	23
6. Elemento subjetivo	24
7. Consumação	24
8. Tentativa	24
9. Afastamento da Lei 9.099/95	24
10. Inafiançabilidade declarada inconstitucional	24
11. Prisão em flagrante	24
12. Classificação jurídica	25
Seção V ▶ Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	25
Subseção I ▶ Disposições gerais	25
1. Modalidades típicas	25
2. Objeto jurídico	25
3. Objetos materiais	25
4. Sujeito ativo	25
5. Elemento subjetivo	25
6. Consumação e tentativa	25
7. Afastamento da Lei 9.099/95	26
8. Vedação à liberdade provisória	26
9. A questão da hediondez	26
Subseção II ▶ Tipo básico	27
1. Condutas nucleares	27
2. Tipo misto alternativo	27
3. Posse irregular e porte ilegal no mesmo tipo	27
4. Diferença entre posse irregular e porte ilegal	28
5. Elementos normativos do tipo	28
6. Consumação	28
7. Tentativa	28
8. Classificação jurídica	28
Subseção III ▶ Tipos equiparados	29
Figura 1 ▶ Supressão ou alteração de marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato	29
1. Condutas nucleares	29
2. Tipo misto alternativo	29
3. Bem jurídico indireto	29
4. Posse ou o porte da arma “alterada”	29
5. Crime não-transeunte	29
6. Classificação jurídica	29
Figura 2 ▶ Modificação das características da arma de fogo	30
1. Conduta nuclear	30
2. Elemento subjetivo especial	30
3. Bem jurídico indireto	30
4. Classificação do crime quanto ao resultado naturalístico	30
5. Objeto material	30
6. Especialidade do tipo	30
7. Concurso de crimes	31
8. Classificação jurídica	31
Figura 3 ▶ Posse, detenção, fabricação ou emprego de artefato explosivo ou incendiário	31
1. Condutas nucleares	31
2. Tipo misto alternativo	31
3. Concurso de crimes	31
4. Classificação jurídica	32
Figura 4 ▶ Porte, posse, aquisição, transporte ou fornecimento de arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado	33
1. Condutas nucleares	33
2. Tipo misto alternativo	33
3. Distinção das figuras dos incisos I e IV	33
4. Classificação da arma de fogo	33
5. Posse ou o porte da arma “alterada” pelo mesmo agente	33

6. Classificação jurídica	33
Figura 5 ▶ Venda, entrega ou fornecimento de arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente	
1. Condutas nucleares	34
2. Tipo misto alternativo	34
3. Sujeito passivo	34
4. Conhecimento da condição do sujeito passivo	34
5. Ausência da exigência de habitualidade	34
6. Conflito aparente com o ECA	34
7. Classificação jurídica	35
Figura 6 ▶ Produção, recarga, reciclagem e adulteração de munição ou explosivo	35
1. Condutas nucleares	35
2. Tipo misto alternativo	35
3. Configuração	35
4. Crime não-transiente	35
5. Classificação jurídica	35
Subseção IV ▶ Tipo qualificado	36
1. Evolução legislativa	36
2. Razão de ser da alteração legislativa	36
3. Reflexos penais	36
4. Objeto material	36
Seção VI ▶ Comércio ilegal de arma de fogo	37
1. Evolução legislativa	37
2. Objeto jurídico	37
3. Objetos materiais	37
4. Sujeito ativo	37
5. Tipo objetivo	38
5.1 Tipo básico – Comércio ilegal (“caput”)	38
5.2 Tipo derivado – Venda ou entrega a agente policial disfarçado (§2)	38
6. Elemento subjetivo	40
7. Consumação	40
8. Tentativa	40
9. Afastamento da Lei 9.099/95	40
10. Afastamento do acordo de não-persecução penal	40
11. Crime hediondo	40
12. Vedação à liberdade provisória	41
13. Prisão em flagrante	41
14. Classificação jurídica	41
Seção VII ▶ Tráfico internacional de arma de fogo	41
1. Evolução legislativa	41
2. Fundamento convencional	42
3. Objeto jurídico	42
4. Objetos materiais	42
5. Sujeito ativo	42
6. Tipo objetivo	42
6.1 Tipo básico – Tráfico internacional (“caput”)	42
6.2 Tipo derivado – Venda ou entrega a agente policial disfarçado (parágrafo único)	43
7. Elemento subjetivo	44
8. Consumação	44
9. Tentativa	44
10. Afastamento da Lei 9.099/95	44
11. Afastamento do acordo de não-persecução penal	45
12. Crime hediondo	45
14. Prisão em flagrante	45
15. Competência	45
16. Classificação jurídica	45
Capítulo III ▶ DISPOSIÇÕES FINAIS	46
Seção I ▶ Causas de aumento de pena	46
Seção II ▶ Vedação à liberdade provisória	46
Obras consultadas e/ou citadas	47